

“A Veneravel Ordem Terceira desta villa de Sines” - Fontes para o seu estudo no Arquivo Histórico Arnaldo Soledade (I)

AS ORDENS terceiras são agregações de fiéis laicos sob a orientação de uma ordem religiosa. Surgiram na Idade Média mas foi no período da Contra-Reforma que em Portugal mais se difundiram. Inseriram-se num quadro de devoção austera e rigorista, estreitamente relacionadas com a observância mendicante. Em 1623 a Regra da Penitência, do ramo regular, teve sede em Lisboa, no Convento de Nossa Senhora de Jesus.

O ramo secular reunia membros de várias ordens sociais, o que se integra no espírito normalizador do ritual e do culto na Época Moderna, quando se difundiram em Portugal. Os irmãos e as irmãs terceiras eram recrutados entre as pessoas de bons costumes, excluía-se os cristãos-novos, os “notoriamente pobres”, os cadastrados e de conduta viciosa e todos os que exerciam ofícios mecânicos (1).

Para ingressar na Ordem Terceira, além de serem respeitados vários requisitos sociais e religiosos, era necessária uma confissão geral um a realização de um testamento, actos de integração que apelavam ao desapego do mundo e visavam preparar o irmão para a morte. De facto, a Ordem Terceira teve um papel bem importante na preparação social dos indivíduos para a morte: em comunidade, o defunto era velado e acompanhado até à sua última morada pelos seus irmãos, sem que, nesse momento, houvesse distinções entre os irmãos. Neste seu papel as ordens terceiras rivalizavam com as misericórdias, no seu papel de assistência aos mortos.

Em Sines a Ordem Terceira de São Francisco estaria sob a supervisão religiosa do Convento de Santo António, da Ordem de S. Francisco. A primeira referência documental referente à Ordem Terceira em Sines que podemos encontrar no Arquivo Municipal data de 4 de Janeiro de 1774, quando o “ministro da Venerável Ordem Terceira da Penitencia”, Doutor José António da Silveira, reconhece a Câmara Municipal de Sines como senhorio do quintal onde foi construída a igreja (2).

A igreja de Santa Isabel não ocupava todo o quintal no século XVIII e esse espaço seria aquele em que, provavelmente, se construiriam as casas arrendadas pela Junta da Paróquia no século XIX. Desconhecemos também quando foi adquirido o domínio directo do quintal pela Ordem, embora no mesmo auto de reconhecimento se diga que a ordem queria trocar outra propriedade pelo quintal onde edificara a sua igreja (3). No entanto, em 1864 (4) e 1868 (5) a Ordem ainda pagava os cem reis de foro ao concelho.

De qualquer forma, o quintal partia pelo nascente com a Igreja, pelo norte com a Rua de S. Francisco (Rua Alexandre Herculano), a oeste com a travessa e a sul com a Rua dos Clérigos (Rua 9 de Abril), rua essa onde se situava a casa da Ordem.

A segunda notícia da “Venerável Ordem” data de 2 de Outubro de 1800 (6). A ordem aforava uma sua herdade das Paredinhas, na freguesia de São Francisco, em Santiago do Cacém, a António Jorge e Maria Sobreira, por dezassete alqueires de trigo e uma marrã. Esta marrã ainda era paga à Ordem em 1864 (7). Esta era uma das propriedades da Ordem no concelho de Sines e nos concelhos vizinhos, que lhe permitiam receber foros em trigo, cevada, e animais (uma marrã, uma galinha e um frango) (8).

Uma terceira notícia da Ordem Terceira é aquela publicada por Francisco Luís Lopes em 1850 (9), assim como o seu templo, a Igreja de Santa Isabel. O hospício já não é referido por Francisco Luís Lopes, mas sobrevive no nome dado à igreja nas fontes do século XIX, “Igreja do

Hospício”, e nas plantas da vila elaboradas nos finais do século XVIII por João de Dechermont (10). A igreja de Santa Isabel é descrita como “pequeno Templo, aceiado e decoroso”. A Ordem Terceira em Sines teria então quarenta irmãos, me nos oito que a Misericórdia e mais vinte que a confraria do Santíssimo Sacramento (11).

Sandra Patrício

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ainda à professora Maria José da Cunha pela oferta de um processo judicial de 1801.

(1) ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa: atitudes e representações: 1700- 1830*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Notícias, 1997. ISBN 972-46-0879-4, PP.330-332.

(2) 1774, Janeiro, 4, casas da aposentadoria – *Autto de reconhecimento que faz Joaquim dos Santtos Borralho como menistro da Venerável Ordem Terceira da Penitencia desta villa de Sines ao Doutor Jose Antonio da Silveira como procurador geral da mesma de hum quintal que foi de Andre da Costta de Carvalho e hoje he igreja da mesma Ordem Terceira foreira a camara desta mesma villa no foro anual de cem reis pagos por quinze de Agosto de cada hum anno – 100 reis*. Câmara Municipal de Sines. Património. Inventário dos bens imóveis. Tombo dos Bens do Concelho. 1767/1848, fl 75-75v

(3) “ (...) e logo pellos dittos foreiros foi ditto ao ditto [fl75v] ao ditto Douttor juis de fora que elles avião comprado o ditto quintal para nelle facerem a obra da ditta igreja; mas segundo as leis protestavão requerem provisão ao Desembargo do Passo para lhe conceder o poderem trasmutar o ditto foro de cem reis para outra propriedade que fosse comunicável entre o comercio das gentes e que no entretantto sempre ficavão responçaveis a pagar o ditto foro ao mesmo concelho que sempre reconhecião por direito senhorio da mesma propriedade (...)”.

(4) 1864, Julho, 14, Sines - *Auto de tomada de Contas da Irmandade da Venerável Ordem Terceira erecta na cappela de Santa Izabel freguezia do Salvador da villa de Sines concelho de S.Thiago de Cacem pertencente ao anno económico de 1863 a 1864*, realizado em 14 de Julho de 1964. PT/CMSNS/JFSNS02/H/1/2/

(5) SILVA, António de Macedo e – *Annaes do Município de Sant’Iago de Cacem*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, p.178.

(6) 1800, Outubro, 2, Sines – *Escriptura de aforamento de foro fateozim que fazem Antonio Jorge e sua mulher Maria Sobreira moradores no Vouril de Baixo freguesia de São Francisco termo da villa de Santiago do Cacem ao menistro e mais irmãos da Veneravel Ordem Terceira desta villa de Sines pella garantia digo de Sines da erdade das Paredinhas da mesma freguesia por dezacette alqueires de trigo e huma marram ou mil reis*.

(7) Vide nota 3.

(8) Idem ibidem.

(9) LOPES, Francisco Luiz – *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*. 1ª ed. Lisboa: Typographia do Panorama, 1850, p.68

(10) QUARESMA, António – “Sines no Trânsito da Época Medieval para a Época Moderna”, in *“Da Ocidental Praia Lusitana: Vasco da Gama e o Seu Tempo*. 1ª edição. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.61.

(11) Lopes, Francisco, op. Cit, p.71.